

Planear para o virar do Século

J. L. Ferreira Mendes

Prof. Cat. FCT/UNL

Coordenador do Grupo Ordenamento do Território

A conferência, ou melhor, o conjunto de conferências tendo como tema de fundo "Planear Para o Virar do Século", realizada na Universidade de Aveiro, constituiu uma feliz iniciativa do Departamento de Ambiente e Ordenamento que consideramos extremamente importante e muito oportuna.

Extremamente importante, porquanto não existe ainda na Universidade Portuguesa qualquer estrutura interdisciplinar de reflexão no domínio da perspectiva do desenvolvimento. Em consequência disto, os principais estudos e trabalhos de investigação debruçando-se sobre a problemática do futuro da sociedade portuguesa e respectivos bloqueamentos, têm-se caracterizado de facto pela sua óptica parcial, sectorial, demasiado economista e, sobretudo, por uma visão essencialmente de curto prazo e de acção meramente interventiva.

Esta situação tem conduzido a uma acentuada dispersão em tais trabalhos, não raro até a disparidades de critério, e tem sido o responsável pela ausência de uma análise integrada de conjunto e de sistematização em matéria de diagnóstico dos nossos problemas estruturais e conjunturais determinantes do modelo de desenvolvimento mais recomendável.

Deste modo, esta reunião de algumas das pessoas que mais tempo da sua vida académica e científica têm dedicado à problemática do desenvolvimento, do ambiente e do ordenamento do território poderá, indubitavelmente, ajudar a relançar uma nova dinâmica de valorização interdisciplinar da Universidade Portuguesa no seu conjunto (e evidentemente também ao nível de cada uma das Universidades) tendo em vista preencher as insuficiências, desajustamentos e bloqueios que se registam, neste domínio, no contexto dos organismos nacionais de investigação científica e de ensino superior.

Será, além disso e como já foi dito, muito oportuna. A cerca de cinco anos do limiar dum novo século, após vinte anos de implementação efectiva do regime democrático e de integração progressiva na Comunidade Europeia, mas também perante os desafios da construção duma nova Europa (quicá do Atlântico aos Urais) e também duma Comunidade afro-luso-brasileira, duma crescente e irreversível consciencialização ambiental e dum novo conceito de qualidade de vida e ainda, "the last but not the least", face à crise de mutação profunda a que o país está sujeito nas suas estruturas sócio-políticas, institucionais, culturais e produtivas, tem-se generalizado, efectivamente, uma convicção muito forte de que se torna indispensável e urgente delinear um projecto prospectivo que responda aos quatro tipos de preocupações a seguir indicados:

a) A procura de uma metodologia para o planeamento integrado do desenvolvimento. Há que procurar obter uma visão global e científica dos futuros possíveis, através da análise das consequências e das implicações intersectoriais de decisões específicas, bem como das transformações estruturais e "tendências pesadas" com impacte determinante no tipo e ritmo de desenvolvimento.

De facto não há uma prospectiva socio-económica, no sentido estrito do termo, independente das outras formas de prospectiva e, mais particularmente, da prospectiva tecnológica e, sobretudo, da prospectiva espacial e ambiental. O ensaio prospectivo a que aludimos deve assimir-se como um projecto interdisciplinar que atenda a todas as relações inter-sectoriais.

Neste sentido, tal ensaio deverá contribuir para o desaparecimento das fal-

sas clivagens entre as ciências do ambiente, as ciências sociais e humanas, bem como entre as várias facetas do desenvolvimento - o meio biofísico ou ambiental, o económico, o cultural e o social.

b) O estudo e equacionamento do problema da inovação e difusão tecnológica, que se apresenta cada vez com mais premência face à evolução muito rápida das ciências e das técnicas nos últimos anos e que tem conduzido os investigadores portugueses a perspectivar novos domínios possíveis de actuação e a interrogar-se sobre as implicações que daí decorrerão. Há que assumir, definitivamente, a evidência de que a formulação de um modelo global de desenvolvimento para o país implica a necessidade de uma prospectiva tecnológica, na medida em que as recentes inovações modificaram não só as relações entre o homem, o espaço e o ambiente em geral, como também abriram novas perspectivas de desenvolvimento.

c) O projecto prospectivo deve contribuir para melhorar as condições e os critérios que determinam a tomada de decisões e a definição de políticas, donde a importância que uma formulação deste tipo, recorrendo a vários cenários alternativos, pode representar para os centros de decisão governamentais, normalmente monopolizados pelas preocupações imediatas e por questões muito específicas. Ao inventariar os problemas futuros, está-se a permitir aos poderes públicos - aos vários níveis - a prossecução de uma verdadeira política de desenvolvimento sustentável, oferecendo novas perspectivas aos investigadores e inovadores, bem como aos empresários e outros agentes do desenvolvimento.

Ora, é precisamente este conhecimento integrado e com um horizonte temporal alargado que ainda falta e seria a finalidade de o obter, rapidamente, com imparcialidade e rigor científico, o papel do sugerido projecto de prospectiva do desenvolvimento. Papel este, repete-se, em tudo e por tudo oportuníssimo.

d) Finalmente, o projecto prospectivo deverá submeter o conjunto das políticas a uma estratégia de transformação e de ordenamento do território. Quer se trate da gestão dos meios naturais e da protecção do ambiente, da orientação espacial dos investimentos produtivos ou das infraestruturas, quer do habitat e da melhoria da qualidade de vida urbana e rural, o ordenamento do território revela-se como uma política fundamental, nomeadamente por duas razões:

- ☐ Em primeiro lugar, as transformações do espaço português demonstram a insuficiência de algumas das políticas sectoriais consideradas isoladamente.
- ☐ Em segundo lugar, as políticas sectoriais têm um âmbito de competência restrito não actuando senão marginalmente sobre outros elementos de desenvolvimento que não estejam sob a sua tutela. Por exemplo, política de ordenamento do território e política de comunicação e transportes são inseparáveis e, num contexto ainda mais importante, toda a problemática da regionalização e das correspondentes delimitações territoriais só assumem verdadeiro sentido se justificadas no plano do ordenamento do território.

Deste modo, o projecto prospectivo deve:

- ☐ Avaliar e inflectir as orientações sectoriais no sentido dos objectivos nacionais de ordenamento do

território, o que implica uma adaptação do sistema de informação e de decisão da administração pública relativamente aos impactes territoriais das várias políticas sectoriais.

- ☐ Sugerir as orientações prioritárias nos vários domínios de actuação para as grandes zonas ou regiões administrativas integrando o território nacional.

Os objectivos fundamentais a atingir com um projecto desta natureza seriam assim:

a) Estudar as condições para um maior aprofundamento do conceito de desenvolvimento, nomeadamente através da análise científica e sistémica dos vários modelos de desenvolvimento sócio-económico e de evolução tecnológica, bem como da sua compatibilização com os princípios de uma gestão racional dos recursos naturais.

b) Apreciar os limites eventualmente impostos ao desenvolvimento da produção, decorrentes da ruptura dos equilíbrios ecológicos, da exaustão de algumas matérias primas ou da extrema dependência energética do nosso país.

c) Analisar as várias atitudes, individuais ou colectivas, dos Portugueses (como cidadãos e agentes do progresso) face ao desenvolvimento económico e social e às suas finalidades, as novas orientações previstas e as correspondentes estratégias alternativas, com particular ênfase no domínio da prospectiva tecnológica e no processo de difusão de inovações.

d) Propor, na base desta reorientação, uma reflexão sobre o papel a desempenhar pelo planeamento na sociedade portuguesa actual, bem como sobre a melhoria susceptível de ser assegurada aos métodos a utilizar.

e) Avaliar os meios e recursos necessários para relançar o desenvolvimento em função das novas metas estratégicas:

- ☐ Um desenvolvimento verdadeiramente integrado no seu conteúdo (Homem; Natureza; Crescimento; Tecnologia);
- ☐ Um desenvolvimento melhor repartido sectorialmente e regionalmente;
- ☐ Um desenvolvimento mais participado e desenvolvido;
- ☐ Um desenvolvimento alicerçado no ser e não no ter, no que se quer fazer e não no que se sabe fazer, bem como condicionado às múltiplas consequências das opções tecnológicas.

f) Dinamizar e mobilizar iniciativas no sentido de congregar, num esforço conjunto, entidades científicas, serviços oficiais, agentes económicos, associações culturais, etc, com vista à construção de um projecto de desenvolvimento que definisse, duma forma mais global e compreensiva, o que deveria ser o Portugal do futuro, em todos os domínios da sociedade, da economia e do ambiente.

g) Contribuir para uma real sinergia das várias estruturas de investigação existentes na Universidade Portuguesa de forma a propiciar um fluxo maior e mais eficiente de trocas de tecnologia e conhecimentos entre as estruturas de investigação da Universidade no seu conjunto e o sector industrial e empresarial da sociedade portuguesa.

h) Conceber, preparar e divulgar material pedagógico susceptível de sensibilizar para a dimensão pluri-disciplinar e prospectiva dos grandes problemas do desenvolvimento e contribuir para a sua solução. ☐

**Renove a sua Assinatura anual
para ler a Revista *ELECTRICIDADE*
em sua casa durante todo o ano**